

**INDICAÇÃO PARA PARECER PELA COMISSÃO DE DIREITO**

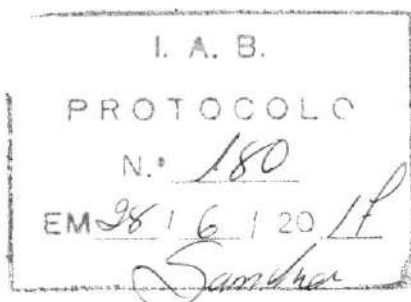
042/2017

**EMPRESARIAL**

*Armando a pertinência.*

28/6/17

*Leão*



**EMENTA:** O Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº PL 3741/2015 do Deputado Laércio Oliveira, propõe alterar a Lei nº 11.101, de 9 de março de 2005, (Lei que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária) para dispor sobre a cooperação internacional na falência e recuperação de empresas globais.

**Palavras-chave:** Alteração, Lei de Falências(2005), disciplinamento, falência, recuperação judicial, empresa multinacional.

**Ao Exmo. Sr. Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros**

O Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 3741/2015 pretende inserir um novo capítulo na Lei nº 11.101, de 2005, (Lei que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária), que regulamentará a cooperação internacional na falência e na recuperação de empresas globais.

A justificativa para a inclusão desses dispositivos é pautada no crescimento da chamadas empresas globais, que constituem frentes econômicas atuantes em diversos países do globo, ao mesmo tempo, inclusive no Brasil.

Em contrapartida do referido fenômeno global, não há ainda no país um regime jurídico falimentar aplicável em um caso de insolvência multinacional, o que, segundo consta na justificativa do presente PL, afastaria muitos potenciais investidores globais do Brasil.

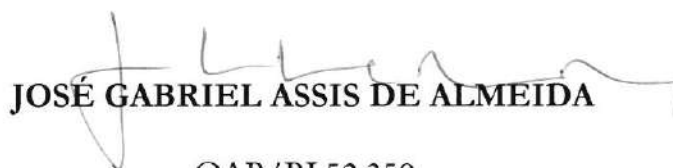


Sendo assim, o presente Projeto Lei nº 3741/2015 visa, através criação do Capítulo VI-A da chamada Lei de Falências, à disciplina da falência e recuperação de empresas transnacional.

A prova da inquestionável atualidade deste assunto é tanto a recuperação judicial da OI quanto da OGX, atualmente em curso enquanto a matéria objeto do PL 3741/2015 é discutida.

Pelo exposto, diante da extensão da inclusão pretendida e, mais importante, da relevância do tema tratado pelo Projeto Lei nº 3741/2015, espera-se que seja reconhecida a sua pertinência, designando-se relator para emissão de parecer a ser examinado pelo Plenário desta Casa.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2016.

  
**JOSÉ GABRIEL ASSIS DE ALMEIDA**  
OAB/RJ 52.359

PROJETO DE LEI Nº 3141, DE 2015  
(Do Sr. Laércio Oliveira)



Altera a Lei nº 11.101, de 9 de março de 2005, para dispor sobre a cooperação internacional na falência e recuperação de empresas globais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A presente norma altera a Lei nº 11.101, de 9 de março de 2005, para inserir dispositivos sobre a cooperação internacional na falência e recuperação de empresas globais.

Art. 2º A Lei nº 11.101, de 9 de março de 2005, passa a vigorar acrescida de Capítulo VI-A, sob o título "Da cooperação internacional na falência e recuperação de empresas globais", com o seguinte teor:

"CAPÍTULO VI-A

DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA FALÊNCIA E  
RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS GLOBAIS

Seção I

Das Disposições Introdutórias

Art. 167-A. Na cooperação do juiz brasileiro com o juízo falimentar estrangeiro, serão observadas as regras deste Capítulo.

Art. 167-B. Equipara-se ao juízo falimentar, para os fins deste Capítulo, a autoridade ou órgão administrativo com competência para liquidar empresas em crise, de acordo com a lei estrangeira.

Art. 167-C. São consideradas formas de cooperação, entre outras:



I – a indicação de funcionário ou agente auxiliar da justiça a quem deve o juízo falimentar estrangeiro se reportar;

II – a troca de informações, ainda que sigilosas, com o juízo falimentar estrangeiro;

III – a coordenação com o juízo falimentar estrangeiro das medidas de administração dos bens do devedor, objeto de constrição judicial; ou

IV – a coordenação das decisões adotadas nos processos falimentares em curso.

Parágrafo único. O Tribunal brasileiro pode celebrar convênio com órgãos judiciários estrangeiros para operacionalização das medidas de cooperação na falência transnacional.

Art. 167-D. As comunicações e solicitações serão feitas em língua portuguesa ou acompanhadas de tradução para esta língua, a ser providenciada pelo emitente do respectivo documento.

§ 1º Para os fins do disposto no caput deste artigo, fica dispensada a exigência de tradução juramentada.

§ 2º Se o juiz brasileiro for proficiente na língua inglesa, ou no idioma oficial do país do juízo falimentar estrangeiro, poderá utilizar o idioma pertinente, desde que junte, aos autos, tradução de sua lavra para a língua portuguesa das comunicações e solicitações que expedir ou receber.

Art. 167-E. Só aquele que provar ter proficiência na língua inglesa poderá ser nomeado administrador judicial na falência com repercussão transnacional.

## Seção II

### Das Solicitações de Juízo Falimentar Estrangeiro

Art. 167-F. As solicitações e comunicações serão feitas diretamente entre os juízos falimentares, independentemente de carta rogatória ou qualquer intermediação dos órgãos diplomáticos ou de seção consular.

Parágrafo único. Em caso de dúvida o juiz brasileiro deve, utilizando-se dos meios mais ágeis de que dispuser, investigar a origem e a autenticidade da comunicação ou solicitação, pedindo prova ao solicitante apenas quando infrutíferas ou inconclusas as diligências adotadas.



Art. 167-G. A apresentação de solicitação pelo juízo falimentar estrangeiro ao juízo falimentar brasileiro não importa sujeição daquele à jurisdição brasileira além dos limites do solicitado.

Art. 167-H. O juízo falimentar brasileiro não atenderá a nenhuma solicitação direta de juízo falimentar estrangeiro que contrarie o direito nacional ou se mostre incompatível com política pública adotada pelo Brasil.

Art. 167-I. A solicitação do juízo falimentar estrangeiro só poderá ser atendida se não prejudicar os direitos dos credores domiciliados ou sediados no Brasil, titulares de créditos sujeitos à lei brasileira.

Art. 167-J. Se ainda não tiver sido requerida a falência do devedor no Brasil, o juízo falimentar estrangeiro deve endereçar sua solicitação à presidência do Tribunal de Justiça do Estado onde se situa a sede do devedor no Brasil, ao qual caberá encaminhá-la, imediatamente, ao juiz competente, de acordo com a lei.

§ 1º Se, já tendo sido requerida a falência no Brasil, o juízo falimentar estrangeiro ainda não souber qual é o juízo falimentar brasileiro competente, poderá endereçar sua primeira solicitação de acordo com a forma disposta no caput deste artigo,

§ 2º Em qualquer hipótese deste artigo, cabe exclusivamente ao juízo falimentar brasileiro competente responder ao juízo falimentar estrangeiro solicitante, abstendo-se o Tribunal de enviar qualquer resposta.

### Seção III

#### Dos Credores Transnacionais

Art. 167-L. O credor domiciliado ou sediado no exterior titular de crédito sujeito à lei estrangeira:

I - tem o direito de requerer a falência do devedor no Brasil, independentemente de caução, desde que atenda aos requisitos da lei nacional e demonstre, ainda que de modo sucinto, a repercussão transnacional da falência requerida;

II - tem o direito de participar da falência decretada, desde que habilitado e admitido na forma da lei; e

III – será pago após os credores quirografários, antes do pagamento das multas contratuais e penas pecuniárias.



Art. 167-M. Na hipótese do inciso II do artigo anterior, o juízo falimentar e o administrador judicial devem, desde a habilitação do credor, enviar-lhe comunicação individual, sempre que for publicado aviso ou intimação aos credores na falência ou quando considerarem oportuno.

Parágrafo único. A comunicação individual será feita mediante envio de mensagem ao endereço eletrônico indicado pelo credor ou outro meio de custo e eficiência equivalentes, independentemente de carta rogatória ou intermediação de órgãos diplomáticos.

#### Seção IV

##### Do Processo Falimentar e seu Reconhecimento

Art. 167-N. O processo falimentar transnacional classifica-se como:

I - principal, quando os interesses mais relevantes do devedor, sob o aspecto econômico ou patrimonial, estiverem centralizados no país em que o processo tem curso; ou

II - subsidiário, nas demais hipóteses.

§ 1º O processo falimentar transnacional principal deve centralizar as informações relevantes do processo ou processos subsidiários.

§ 2º São informações relevantes que o juízo falimentar responsável por processo subsidiário deve prestar ao do principal, entre outras:

I – o valor dos bens arrecadados e do passivo;

II – o valor dos créditos admitidos e sua classificação;

III – a classificação, segundo a lei nacional, dos credores não domiciliados ou sediados no país titulares de créditos sujeitos à lei estrangeira;

IV – as ações em curso de que seja parte o falido, como autor, réu ou interessado;

V – a data de término da liquidação e o valor do saldo credor ou devedor, bem como eventual ativo remanescente.



§ 3º O processo falimentar transnacional principal somente pode ser encerrado após o encerramento dos subsidiários ou da constatação de que, nestes últimos, é altamente improvável que haja ativo líquido remanescente.

Art. 167-O. No processo falimentar transnacional, principal ou subsidiário, nenhum ativo, bem ou recurso remanescente da liquidação será entregue ao falido se ainda houver passivo não satisfeito em qualquer outro processo falimentar transnacional conexo.

Art. 167-P. O juízo falimentar de um país pode solicitar o reconhecimento do respectivo processo falimentar ao de outro país.

Parágrafo único. A solicitação será instruída com:

I - a prova da instauração do processo falimentar no país do solicitante;

II - a relação de processos falimentares referentes ao mesmo devedor em outros países que forem do conhecimento do solicitante;

III - a indicação do país em que o devedor centraliza seus interesses mais relevantes, sob o ponto de vista econômico ou patrimonial; e

IV - a tradução para a língua oficial do país do juízo destinatário, se exigida pela respectiva lei.

Art. 167-Q. Quando for brasileiro o juízo destinatário, a solicitação de reconhecimento será autuada e seguirá o procedimento especial sujeito às seguintes regras:

I - o juiz, no mesmo despacho que aceitar a solicitação, decidirá sobre os pedidos de medidas urgentes ou acautelatórias, se houver, e determinará a abertura de vista ao Ministério Público;

II - o Ministério Público deverá se manifestar sobre a solicitação, nos 5 (cinco) dias seguintes ao recebimento dos autos;

III - se a falência já tiver sido decretada no Brasil, será ouvido o administrador judicial, o comitê de credores, se houver, e o falido, no prazo comum de 5 (cinco) dias, a contar da devolução dos autos, pelo Ministério Público, ao cartório,



facultado a qualquer credor habilitado manifestar-se no mesmo.

§ 1º Em seguida às manifestações previstas neste artigo ou decorridos os respectivos prazos, o juiz decidirá por sentença.

§ 2º A apelação, se interposta, não terá efeito suspensivo.

Art. 167-R Ao reconhecer o processo falimentar no exterior, o juiz o classificará como principal ou subsidiário.

§ 1º Na mesma sentença em que reconhecer como principal o processo falimentar no exterior, o juiz declarará o processo brasileiro, se houver, como subsidiário.

§ 2º Ao reconhecer como subsidiário o processo falimentar no exterior, o juiz poderá declarar o processo brasileiro, se em curso, como principal.

Art. 167-S Se o devedor ainda não estiver falido no Brasil, o reconhecimento de processo falimentar no exterior, seja como principal ou subsidiário, acarreta a suspensão das execuções individuais em curso na Justiça brasileira.

§ 1º Na hipótese prevista no caput deste artigo, o Ministério Público ou qualquer credor interessado pode requerer a falência do devedor no Brasil, ainda que ausentes os requisitos do art. 94 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

§ 2º Reconhecido o processo falimentar no exterior, seja como principal ou subsidiário, não poderá ser decretada a falência, por juiz brasileiro, do mesmo devedor, se ele não possuir bens ou direitos no Brasil.

Art. 167-T. A qualquer tempo, o juiz:

I - decidirá sobre medidas constritivas sobre o patrimônio do devedor, urgentes ou acautelatórias, solicitadas pelo juízo falimentar responsável por processo reconhecido nos termos desta seção; e

II - poderá, à vista de novos fatos ou argumentos, alterar a classificação de processo transnacional, brasileiro ou estrangeiro.

Art. 167-U. Desde que satisfeitos ou garantidos os direitos dos credores domiciliados ou sediados no Brasil e titulares de crédito sujeito à lei brasileira, o juiz poderá atender à



solicitação de juízo falimentar estrangeiro, responsável por processo reconhecido nos termos desta seção, de entrega de bens ou recursos do ativo do devedor.



Parágrafo único. Se o solicitante for juízo transnacional responsável por processo falimentar subsidiário, o juízo do principal deve anuir com a solicitação.

## Seção V

### Da Recuperação Judicial Transnacional

Art. 167-V. Com as adaptações cabíveis, aplicam-se ao processo de recuperação judicial com repercussão transnacional as normas do Capítulo anterior, desde que a administração da empresa em crise esteja sob intervenção do juízo recuperacional, brasileiro ou estrangeiro, segundo a lei aplicável.

.....” (NR).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

O processo de globalização mercadológica, obviamente realiza uma contínua intensificação das relações comerciais e empresariais internacionais ou transnacionais.

À evidência, que os processos de “investimento em fronteira”, levados a efeito diante da abertura dos mercados mundiais, culmina no surgimento de grandes grupos econômicos transnacionais, aos quais chamamos genericamente de empresas globais. Referidos grupos, de fato, constituem frentes econômicas atuantes em diversos países do globo, ao mesmo tempo. Por óbvio, também, o Brasil faz parte deste mercado globalizado que roga por segurança na atuação econômico-empresarial.

Atenta a esta situação a Organização das Nações Unidas, em 1997, aprovou uma lei que buscava ter o modelo sobre “falência transnacional”, elaborada pela Comissão de Direito Comercial Internacional, a UNCITRAL. Referida lei-modelo já foi adotada pelos seguintes países: a) Inglaterra (2006), b) Estados Unidos (2005), c) México (2000), d) África do Sul (2000), e) Austrália (2008), f) Canadá (2005), g) República da Coreia (2002), h) Colômbia (2006), i) Eritreia (1998), j) Eslovênia (2007), k) Grécia (2010), l) Japão (2000), m) Ilhas Maurício (2009), n) Montenegro (2002), o) Nova Zelândia (2006), p) Polônia (2003), q) Romênia (2004), r) Sérvia (2004) e s) Uganda (2001).

Mesmo hoje em dia, na Europa, tem-se cada vez mais clara a noção de que há necessidade de grande atenção às insolvências transnacionais:



“numa economia moderna e dinâmica, as insolvências são uma realidade. Cerca de metade das empresas sobrevivem menos de cinco anos e cerca de 200 000 tornam-se insolventes na UE todos os anos. Isto significa que todos os dias cerca de 600 empresas entram em falência na Europa. Um quarto destas insolvências tem um elemento de natureza transnacional, estando a aumentar”. (fonte: imprensa da comissão europeia) – grifo nosso.

Diante da eventual crise de uma empresa global, é indispensável que os juízes falimentares dos diversos países se comuniquem e se articulem, visando a aperfeiçoar a liquidação da massa, atendendo aos direitos dos credores.

O Brasil, à evidência, não pode ficar à margem desta verdadeira rede de cooperação judiciária internacional em matéria de falência e recuperação judicial.

Não temos norma a tratar do tema. A questão relativa à insolvência internacional carece de regulamentação. Tal assunto já fora abordado no Código de Processo Civil de 1939, mas diante da revogação da Lei Processual de 1939, a insolvência transnacional ficou sem normatização específica.

A ausência de tal norma gera nas empresas multinacionais grande insegurança no que concerne ao regime jurídico falimentar aplicável em um caso de insolvência multinacional, o que, à evidência, afasta muitos potenciais investidores globais do Brasil.

O maior problema desta anomia que vivenciamos no Brasil, é, por conseguinte, a desregrada aplicação de critérios inadequados, iníquos, imprevisíveis, descoordenados e atabalhoados para os casos de falência transnacional. Isso gera um cenário caótico não propício aos grandes investimentos internacionais, já que as questões relativas ao tema acabam tendo que ser analisadas e solucionadas com base no casuísmo.

Diante disso, o presente projeto de lei, apresentado pelo Dep. Laércio Oliveira, visa à disciplina da falência e recuperação de empresas transnacional.

O projeto abraça de modo claro a essência do universalismo em contra posição ao territorialismo retrógrado que tende a ser aplicado hoje em dia pela falta de regulamentação.

O país em que o devedor tem enraizado seu centro principal de interesses será o principal responsável pelo processamento da falência ou da recuperação judicial, sendo, portanto, o processador principal, tendo em vista que



os interesses mais relevantes do devedor, sob o aspecto econômico ou patrimonial, estão centralizados em referido país em que o processo tem curso.

A concepção universalista é unanimemente tida como mais justa e equitativa se comparada ao territorialismo.

Neste modelo, adotado pelo projeto, credores não serão beneficiados ou prejudicados em virtude do local onde for ajuizada a recuperação judicial ou o pedido de falência.

Pautamo-nos na existência de uma administração falimentar principal, de tal modo que reste assegurada a distribuição equitativa e proporcional do patrimônio do devedor em nível global, buscando-se, ao máximo, a realização do valor e a aplicação do princípio do par conditio creditorum.

De início, afirma-se, como princípio do direito falimentar brasileiro, a cooperação judiciária internacional, tendo em vista os seguintes objetivos:

- a) aumento da segurança jurídica na exploração de empresas e na realização de investimentos no Brasil;
- b) eficiência na tramitação dos processos de falência e recuperação judicial transnacionais;
- c) justa proteção dos direitos dos credores e do devedor;
- d) maximização do valor dos bens do devedor; e
- e) facilitação da recuperação da empresa em crise.

Nas regras da falência transnacional, dois objetivos são os mais importantes:

- i) estabelecer que as comunicações entre os juízos falimentares sejam diretas e independentes de carta rogatória ou de interferência dos órgãos diplomáticos; e
- ii) estabelecer uma coordenação entre os processos falimentares em países diferentes, de modo a aproveitarem-se as sinergias na liquidação da empresa em crise.

Fica, contudo, claramente estabelecido que nenhum credor titular de crédito sujeito à lei estrangeira irá concorrer com os credores titulares de crédito sujeito à lei nacional. Estes, mesmo sendo quirografários, terão preferência na satisfação de seus créditos. Assim, apenas se sobrarem recursos do devedor falido, depois do pagamento de trabalhadores, do fisco e de todos os credores cujo crédito é executável no Brasil, é que se entregará o saldo ao juízo falimentar estrangeiro.

Desse modo, mediante esta proposta, fica, também, definido que o juízo falimentar brasileiro não atenderá a nenhuma solicitação direta de juízo

falimentar estrangeiro que contrarie o direito nacional ou se mostre incompatível com as mais valorosas políticas públicas brasileiras.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2015.



Deputado LAÉRCIO OLIVEIRA  
Solidariedade/SE

# PL 3741/2015

Projeto de Lei



**Situação:** Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

## Identificação da Proposição

### Autor

Laercio Oliveira - SD/SE

### Apresentação

24/11/2015

### Ementa

Altera a Lei nº 11.101, de 9 de março de 2005, para dispor sobre a cooperação internacional na falência e recuperação de empresas globais.

## Informações de Tramitação

### Forma de Apreciação

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

### Regime de Tramitação

Ordinária

### Despacho atual:

| Data       | Despacho  |
|------------|---|
| 01/12/2015 | Às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD) Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária |

## Última Ação Legislativa

| Data       | Ação   |
|------------|--|
| 01/12/2015 | <b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )</b><br>Às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD) Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária |
| 28/06/2016 | <b>Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço ( CDEICS )</b><br>Aprovado o Parecer.  |
| 30/06/2016 | <b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC )</b><br>Recebimento pela CCJC.  |

## Documentos Anexos e Referenciados

- Avulsos
- Destaques ( o )
- Emendas ao Projeto ( o )
- Emendas ao Substitutivo ( o )
- Histórico de despachos ( 1 )
- Legislação citada
- Histórico de Pareceres, Substitutivos e Votos ( 2 )
- Recursos ( o )
- Redação Final
- Mensagens, Ofícios e Requerimentos ( o )
- Relatório de conferência de assinaturas
- Dossiê digitalizado



### Pareceres Aprovados ou Pendentes de Aprovação

| Comissão   | Parecer  |
|--|--|
| <b>Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço ( CDEICS )</b> | <b>09/06/2016</b> - Parecer do Relator, Dep. Mauro Pereira (PMDB-RS), pela aprovação deste.<br><br><b>28/06/2016 12:30</b> Reunião Deliberativa Ordinária<br>Aprovado o Parecer. |
| <b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC )</b>                      | -  |

### Tramitação

*Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.*

| Data ▼ | Andamento |
|--------|-----------|
|--------|-----------|

24/11/2015 **PLENÁRIO ( PLEN )**

- Apresentação do Projeto de Lei n. 3741/2015, pelo Deputado Laercio Oliveira (SD-SE), que: "Altera a Lei nº 11.101, de 9 de março de 2005, para dispor sobre a cooperação internacional na falência e recuperação de empresas globais".

01/12/2015 **Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )**

- Às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD) Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária

04/12/2015 **COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP )**

- Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 05/12/15 PÁG 41 COL 01.

07/12/2015 **Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço ( CDEICS )**

- Recebimento pela CDEICS.

08/12/2015 **Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço ( CDEICS )**

| Data ▼     | Andamento  |
|------------|--|
|            | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Designado Relator, Dep. Mauro Pereira (PMDB-RS)</li> </ul>  |
| 09/12/2015 | <b>Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço (CDEICS)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 10/12/2015)</li> </ul>  |
| 04/02/2016 | <b>Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço (CDEICS)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.</li> </ul>  |
| 09/06/2016 | <b>Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço (CDEICS)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CDEICS, pelo Deputado Mauro Pereira (PMDB-RS).</li> <li>▪ Parecer do Relator, Dep. Mauro Pereira (PMDB-RS), pela aprovação deste.</li> </ul> |
| 15/06/2016 | <b>Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço (CDEICS) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Retirado de pauta a requerimento do Deputado Helder Salomão.</li> </ul>   |
| 28/06/2016 | <b>Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço (CDEICS) - 09:30 Reunião Deliberativa Ordinária</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aprovado o Parecer.</li> </ul>  |
| 30/06/2016 | <b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Parecer recebido para publicação.</li> </ul>  |
| 30/06/2016 | <b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recebimento pela CCJC.</li> </ul>   |
| 01/07/2016 | <b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços Publicado em avulso e no DCD de 02/07/2016, Letra A.</li> </ul>  |







## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080*

*Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*



Ofício nº SE-1422/2017

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2017.

Prezado Consócio,


Referência: **Indicação nº 042/2017**, sobre Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 3741/2017, de autoria do Deputado Laercio Oliveira, que "Altera a Lei nº 11.101, de 9 de março de 2005, para dispor sobre a cooperação internacional na falência e recuperação de empresas globais".

Comunicamos que o Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros decidiu submeter a Comissão de Direito Empresarial a Indicação em referência.

Lembramos que, na forma do Regimento Interno, em seu artigo 86, o prazo para apresentação do parecer é de 30 (trinta) dias, e que deve ser precedido de ementa e encerrado com conclusões, em cópia impressa e, se possível, também, por meio virtual.

Reiteramos as expressões de estima e consideração.

Cordialmente,

  
Jackson Grossman  
Secretário Geral

Excelentíssimo Senhor  
Dr. José Gabriel Assis de Almeida  
DD. Presidente da Comissão de Direito Empresarial  
Av. Rio Branco, nº 109/21º andar  
Cep: 20040-004 Rio de Janeiro RJ



042/2017

Apresentado na reunião de  
Comissão de 15/08/17  
J. L. L. A.

Rio de Janeiro, 02 de agosto de 2017.



À  
Comissão Permanente de DIREITO EMPRESARIAL  
**Instituto dos Advogados do Brasil – IAB**

Parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.741, de 2015, de autoria do Deputado Laércio Oliveira, que busca alterar a Lei nº 11.101/2005, para dispor sobre a cooperação internacional na falência e recuperação de empresas globais.

Prezados senhores,

Eméritos consórcios, tendo analisado o texto do PL 3741/15, teço aqui as minhas considerações a respeito da redação do referido projeto de lei visando o seu aprimoramento e aperfeiçoamento, que submeto aos colegas para que as apreciem e, caso estejam de acordo, tais sugestões possam ser encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça do Congresso para apreciação pelos parlamentares daquela comissão.

Como já sou estudioso do tema há algum tempo e entusiasta do instituto da falência transnacional, me permitirei introduzir o assunto através de um capítulo preliminar analisando aspectos e nuances da Lei Modelo da UNCITRAL em matéria de Insolvência Transnacional, para depois comentar o texto do projeto de lei propriamente.

### **I – Introdução:**

Embora exista uma miríade de normas jurídicas disponíveis em diversos sistemas judiciais para auxiliar na produção antecipada de provas e de possíveis medidas constritivas para dar curso ou auxiliar em um processo judicial de outra jurisdição, como o dispositivo processual 28 U.S. Code § 1782 dos Estados Unidos e a ordem *Norwich Pharmacal*<sup>1</sup> do sistema inglês, questões de competência de foro e de soberania jurisdicional, e regras de conflitos de leis no tempo e no espaço, dão azo a defesas e exceções a tais medidas, conforme normatizado no precedente paradigmático *The Siskina*<sup>2</sup> na Inglaterra e pelo

<sup>1</sup> *Norwich Pharmacal v. Customs and Excise Commissioners* [1974] AC 133. Precedente em que a *House of Lords* reconheceu o poder do juízo de decidir por equidade permitindo assim ordenar a um terceiro, não-parte no litígio mas que de alguma forma se envolveu ou facilitou um ato ilícito praticado, ainda que de receptação, a testemunhar ou prover informações. A “NPO” (*Norwich Pharmacal Order*) pode visar a identificação do fraudador ou a preservação de ativos.

<sup>2</sup> *Siskina (Cargo Owners) v. Distos Compania Naviera SA* [1979] AC 210.



UFMJA (*Uniform Foreign Money-Judgments Recognition Act*) de Nova York, que, por vezes, ao aplicarem o princípio da territorialidade, impedem que se consiga o efeito almejado em casos de cobranças de dívidas privadas ou de execução para cumprimento de sentenças de outras jurisdições, que normalmente exigem o ajuizamento de cartas rogatórias ou a homologação de decisão transitada pelos tribunais superiores, o chamado “*exequatur*”. Outra medida acautelatória adotada em países anglo-saxões, derivada da *Common Law*, é o mandado *Anton Piller*<sup>3</sup>, destinado a efetivar medidas de busca e apreensão de documentos e/ou averiguações in loco em instalações visando produção antecipada de provas quando existe fundado receio de que uma parte destrua ou procure evadir tais informações ou documentos.

Entretanto, em casos de processos de concurso de credores em processos de insolvência – as *liquidation proceedings*, tal como rotulado no anglo-saxão – a Lei Modelo da UNCITRAL em matéria de insolvência transnacional traz mecanismos bastante eficazes para contornar tais entraves e ter sucesso na recuperação de bens oriundos de fraude a credores, além de possibilitar que se tramitem diligências, tal como para mandar ofícios a bancos, dar ciência às partes e ouvir testemunhas daquela jurisdição, fazer habilitações de créditos *et cetera*.

A “Lei Modelo” em matérias de Insolvência Transnacional da UNCITRAL (acrônimo em inglês para **Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional**) facilita a cobrança de um credor recalcitrante em uma jurisdição estrangeira, mediante o “reconhecimento” de um processo de falência de outra jurisdição. Ela foi adotada por Eritreia, África do Sul, Japão, México, Montenegro, Ilhas Virgens Britânicas, Polônia, Romênia, Sérvia, Estados Unidos da América, Colômbia, Grã-Bretanha, Nova Zelândia, Coreia do Sul, Eslovênia, Austrália, Canadá, Ilhas Maurício, Grécia, Uganda, Ilhas Seychelles, Gibraltar, Congo, Costa do Marfim, Camarões, Burquina Faso, Benin, Togo, Senegal, Nigéria, República do Mali, República do Malawi, Quênia, República da Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Gabão, República Democrática do Congo e Cingapura.

Eduardo Henrique Bondarczuk<sup>4</sup>, ao citar diversos doutrinadores que discorrem sobre o “princípio da pluralidade” de juízos, aventa como questão de competência

<sup>3</sup> *Anton Piller KG v. Manufacturing Processes Ltd*; CA 8 Dec 1975.

<sup>4</sup> BONDARCZUK, Eduardo Henrique. “Problemas da competência internacional e do direito aplicável no direito de insolvência internacional da União Européia e do Mercosul”. Porto Alegre: 2010, P. 15-17; RECHSTEINER, Beat Walter. “A insolvência internacional sob perspectiva do Direito brasileiro”. (cap. 21), in PAIVA, Luiz Fernando Valente



multijurisdicional ou transnacional, a possibilidade de que o julgamento da lide tramite nas diversas jurisdições em que se encontrem bens de um mesmo devedor. Ao mencionar as diversas correntes que defendem o “princípio da universalidade”, admite ainda a extensão dos efeitos jurídicos de um processo de insolvência nacional aos países em que existam bens do devedor insolvente, ficando esse elemento de conexão condicionado a certas condições materiais da legislação interna de cada jurisdição. É nesse contexto que a Lei Modelo da UNCITRAL e seus guias práticos e legislativos de 2004, 2009 e 2010 visam harmonizar as diversas correntes doutrinárias na medida em que conciliam um processo principal com a possibilidade de procedimentos secundários em outros países.

A Lei Modelo da UNCITRAL, ao prever instrumentos de cooperação jurídica internacional em casos de processos de insolvência multijurisdicionais e o reconhecimento de um processo de falência em outra jurisdição, permite a condução em um juízo estrangeiro de atos processuais como a tomada de depoimentos, realização de perícias, além de medidas satisfativas e constitutivas, incluindo indisponibilidade de recursos, sequestro, arresto, busca e apreensão de bens, além de citações, intimações e comunicações.

Com relação ao projeto de lei em comento, cabe ressaltar que o referido texto já havia sido introduzido, *ipsis litteris*, na forma de emenda (Emenda nº 194/2013, apresentada em 04 de novembro de 2013 pelo mesmo Deputado Laércio Oliveira) ao Projeto de Lei nº 1.572/2011, que trata da reforma do Código Comercial brasileiro, em um novo título (Título II) em capítulo próprio do Livro IV, que trata da “Crise da Empresa”.

No que tange às legislações adjetivas de outros países, como o “Capítulo 15” (*Chapter 15*) da Lei de Falências dos Estados Unidos e a Seção 14 do *UK Insolvency Act* de 2000, é possível o reconhecimento da competência acessória para tramitar medidas destinadas à cobrança de devedores insolventes, falidos ou em processo liquidação em seus países, bem como a extensão dos efeitos a terceiros, conforme o caso. No caso do *Chapter 15*, introduzido na lei falimentar dos EUA pela Lei de Prevenção ao Abuso na Falência e Proteção dos Consumidores (*Bankruptcy Abuse Prevention and Consumer Protection Act*) de 2005, estão aptos e legitimados a pedir o “*recognition*” do processo acessório sob a égide do *Chapter 15*, o “representante estrangeiro” de um “procedimento estrangeiro”, inclusive de um processo administrativo, desde que sujeito ao escrutínio e supervisão judicial. Para se iniciar tal procedimento acessório, com base no disposto no *11 U.S.C. § 1515*, basta peticionar ao juízo competente sobre os bens do devedor (fraudador) nos

---

de (coord.) et al. *Direito Falimentar e a nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas*. São Paulo: Quartier Latin, 2005. P. 675; p. 673. *Apud* BONDARCZUK, 2010, P. 15.



Estados Unidos, anexando cópias certificadas do processo principal e do ato de nomeação do “representante estrangeiro”.

Tais normas já foram testadas com sucesso em casos de falências de empresas brasileiras, que delas se utilizaram, mediante a instauração de procedimento sigiloso *ex parte* pelo administrador judicial da falência no Brasil para instaurar processos de falência em outros países com o objetivo de obter medidas constritivas dos administradores e sócios das empresas falidas e que as defraudaram.

Por outro lado, enquanto não se recepcionam os preceitos da Lei Modelo da UNCITRAL, os juízes brasileiros não têm reconhecido a sua competência para processar pedidos acessórios de falências ou procedimentos análogos a recuperações judiciais de outros países com base no “princípio da territorialidade” insculpido no artigo 12 do Decreto-lei Nº 4.657, de 04/09/1942 (Lei de Introdução ao Código Civil), que determina ser “competente a autoridade judiciária brasileira, quando for o réu domiciliado no Brasil”, e no artigo 3º da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperações de Empresas e Falência), segundo o qual “é competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, de deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial da empresa que tenha sede fora do Brasil”. Foi com base na interpretação restritiva de tais diplomas, ao neles aplicar o princípio da territorialidade, que em 2013 o Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro atuou pelo indeferimento do processamento da recuperação judicial das sociedades OGX Internacional e da OGX Áustria pelo Poder Judiciário brasileiro, mantendo apenas no plano de recuperação as empresas do grupo sediadas no Brasil. O mesmo ocorreu, mais recentemente, no caso do estaleiro Sete Brasil.

Muito interessante também é a possibilidade de que um devedor sem bens suficientes a responder por uma ação de cobrança ou execução na jurisdição pátria venha a ter a sua **insolvência civil** declarada pelo juízo da execução, como forma de permitir aplicar as medidas transnacionais de insolvência nos países nos quais o devedor, diretamente ou por meio de interpostas pessoas possua bens, para a constrição de tais ativos.

Dessa forma, em casos de uma execução frustrada de sentença por ocultação de patrimônio pelo devedor, quando o mesmo esvazia intencionalmente o seu patrimônio na pessoa jurídica ou física, uma estratégia interessante e por vezes utilizada por advogados de credores especializados em fraude com atuação global é forçar a instituição devedora a se submeter a um procedimento de liquidação ou insolvência, que se qualifique como tal nos termos do dispositivo procedimental próprio, e assim permitir a recuperação transnacional



de ativos do fraudador, tais como participações societárias ou disponibilidades financeiras em contas bancárias em nome de partes relacionadas ao devedor recalcitrante.

Outro fator relevante na aplicação das medidas acessórias, embora autônomas, do processo subsidiário de falência a tramitar em outra jurisdição por força da Lei Modelo da UNCITRAL, diz respeito à classificação do procedimento estrangeiro, que pode ser “principal” ou “subsidiário”, o que se determina pelo “centro de principal interesse” (*Center of Main Interest*) no que tange a aspectos econômicos e patrimoniais das jurisdições envolvidas, por vezes vinculado ao local de domicílio do falido, para se determinar os remédios jurídicos e o domínio sobre os bens constringidos localizados na jurisdição acessória em questão no território principal.

A jurisprudência em diversas jurisdições estrangeiras, sobretudo nas jurisdições anglo-saxãs, se solidificou de forma a permitir o congelamento, bloqueio e, em certos casos, mesmo a penhora e repatriação de bens e ativos, tangíveis e intangíveis, provenientes de operações fraudulentas, sobretudo em casos de insolvência, que extravasem os limites fronteiriços de cada jurisdição de forma a se obter um alcance transnacional de medidas judiciais e a instauração de outras para se conseguir recuperar valores ou executar decisões, com a extensão de efeitos para alcance dos bens de laranjas, testas de ferro e fiduciários, os chamados *nominees* ou *garnishees*, como se diz no jargão da indústria. A tal respeito, é importante mencionar como as normas internas e construções jurisprudenciais de cada país se posicionam no tocante a concessão ou não de mandados determinando a produção de informações (*disclosure orders*) e mesmo de indisponibilidade e bloqueio de bens e ativos (*freezing orders*) com relação a devedores na prática de fraude a credores, ainda que por meio de veículos indiretos (os chamados “*cause of action defendants*”), ou de terceiros, interpostas pessoas, cuja vinculação à fraude muitas vezes não se consegue comprovar cabalmente, os quais são qualificados como “*non-cause of action defendants*”.

## II – Comentários à redação do P.L. 3.741-A, de 2015:

**“Art. 167-B.** Equipara-se ao juízo falimentar, para os fins deste Capítulo, a autoridade ou órgão administrativo com competência para liquidar empresas em crise, de acordo com a lei estrangeira.”

**Comentário:** como pode ser que existam em outras jurisdições institutos similares com diferentes denominações ou nomenclaturas, ou mesmo processos de insolvência específicos para determinado tipo de entidade, como temos no Brasil para instituições financeiras, que se sujeitam a liquidação extrajudicial à luz do disposto nos artigos 34 e 35 da Lei nº 6.024





de 13 de março de 1974, o princípio de aplicação se estende para tais hipóteses análogas. Aplica-se, portanto, a qualquer espécie de “*liquidation proceeding*”, como genericamente rotulado nos Estados Unidos da América.

*“Art. 167-D. As comunicações e solicitações serão feitas em língua portuguesa ou acompanhadas de tradução para esta língua, a ser providenciada pelo emitente do respectivo documento.”*

*§ 1º Para os fins do disposto no caput deste artigo, fica dispensada a exigência de tradução juramentada. (. . .)”*

**Comentário:** Interessante notar como é conferida fé-pública aos agentes envolvidos, dispensando-se tradução juramentada para o vernáculo.

*“Art. 167-F. As solicitações e comunicações serão feitas diretamente entre os juízos falimentares, independentemente de carta rogatória ou qualquer intermediação dos órgãos diplomáticos ou de seção consular.”*

*“Art. 167-P. O juízo falimentar de um país pode solicitar o reconhecimento do respectivo processo falimentar ao de outro país. [. . .].”*

**Comentário:** De acordo com o texto da Lei Modelo da UNCITRAL para *Cross-Border Insolvency*, não apenas os pedidos de reconhecimento da falência na jurisdição secundária, mas também os requerimentos ao juízo da jurisdição acessória (em nosso caso, o juízo brasileiro), podem ser feitos por um representante da massa falida, como por exemplo, é o caso do Administrador Judicial (artigos 9 e 11 da Lei Modelo), ou mesmo por um credor do falido (artigo 13 da Lei Modelo), permitindo assim o acesso direto pelas partes interessadas, como ocorre no *Chapter 15* dos Estados Unidos, para obter remédios jurídicos na jurisdição acessória.

Mas na proposta do projeto de lei, apenas o pedido de falência no Brasil pode ser feito por um credor estrangeiro, nos termos do artigo 167-L, inciso I. Todos os demais atos, como o pedido de reconhecimento no Brasil de uma falência no exterior, quanto pedidos de indisponibilidade ou de constrição de bens ou a tomadas de depoimentos, por exemplo, bem como de quaisquer diligências, teriam que ser solicitados pelo juízo estrangeiro, e não pelo representante da massa.



A meu ver, a necessidade de que emanem do juízo estrangeiro as solicitações ao juízo subsidiário, não permitindo que o administrador da massa ou credor o façam, é processualmente antieconômica e limita a aplicação do instituto transnacional. Em se permitindo o acesso direto pelo Administrador Judicial da massa falida, sem exigir que haja a interveniência do juízo estrangeiro, se desburocratizaria ainda mais o processo de reconhecimento da falência, ainda que se obrigasse o juízo acessório a comunicar os atos tomados ao juízo de origem. Além disso, já se demonstrou que o processo derogante, das cartas rogatórias, é moroso e lento. Da mesma forma o seria nesse caso. Não nos parece razoável, portanto, exigir que haja comunicação por meio dos juízos se a própria Lei Modelo de matéria de insolvência transnacional da UNCITRAL assim não o faz. Embora, nos casos em que requerimentos sejam feitos ao juízo brasileiro pelo administrador judicial da massa falida no juízo principal, alguma forma de comunicação e interação com o juízo da falência principal para que exerça o controle dos atos e resguarde os privilégios seja assegurada.

*“Art. 167-V. Com as adaptações cabíveis, aplicam-se ao processo de recuperação judicial com repercussão transnacional as normas do Capítulo anterior, desde que a administração da empresa em crise esteja sob intervenção do juízo recuperacional, brasileiro ou estrangeiro, segundo a lei aplicável.”*

Nesse ponto, eu acredito que deve se ter bastante cautela para conciliar os institutos recuperacionais das jurisdições envolvidas, no exterior e no Brasil, já que podem existir institutos com terminologia parecida, porém conceitualmente distintos um do outro, não apenas com relação aos ritos processuais, mas também com relação às regras que os governam. Também acredito que o termo “sob intervenção” parece demasiadamente vago no contexto de sua aplicação ao caso, e o legislador deveria qualificar o que constituiria tal intervencionismo.

Esses são os meus comentários, críticas e sugestões ao texto do Projeto de Lei nº 3.741-A, de 2015, que submeto aos Senhores para aprovação e encaminhamento.

Com os meus respeitosos cumprimentos.

**Luiz Otávio Piclum Villela**



## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080*

*Tel.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

Ofício nº PR-101/2018

Rio de Janeiro, 08 de junho de 2018.

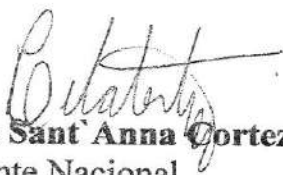
Senhor Deputado,

O INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, em sessão plenária do dia 06 de junho do corrente ano, aprovou parecer da lavra do Consócio Doutor Luiz Otavio Piclum Villela, da Comissão de Direito Empresarial, proferido na indicação nº 042/2017, sobre "Altera a Lei nº 11.101, de 9 de março de 2005, para dispor sobre a cooperação internacional na falência e recuperação de empresas globais".

Para conhecimento de Vossa Excelência encaminho cópia do Parecer na expectativa de que possa merecer a sua judiciosa apreciação, bem como contribuir para o aperfeiçoamento da ordem jurídica democrática.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

  
**Rita de Cássia Sant'Anna Cortez**  
Presidente Nacional

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **GENECIAS MATEUS NORONHA**  
Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados  
Gabinete: Anexo IV, 2º andar, gabinete 244  
CEP: 70160-900 - Brasília - DF





## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080*

*Tel.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

Ofício nº PR-102/2018

Rio de Janeiro, 08 de junho de 2018.

Senhor Deputado,

O INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, em sessão plenária do dia 06 de junho do corrente ano, aprovou parecer da lavra do Consócio Doutor Luiz Otavio Piclum Villela, da Comissão de Direito Empresarial, proferido na indicação nº 042/2017, sobre “Altera a Lei nº 11.101, de 9 de março de 2005, para dispor sobre a cooperação internacional na falência e recuperação de empresas globais”.

Para conhecimento de Vossa Excelência encaminho cópia do Parecer na expectativa de que possa merecer a sua judiciosa apreciação, bem como contribuir para o aperfeiçoamento da ordem jurídica democrática.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

**Rita de Cassia Sant'Anna Cortez**  
Presidente Nacional

Excelentíssimo Senhor

Deputado **DANIEL VELELA**

DD. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC

Praça dos Três Poderes

Câmara dos Deputados, Anexo II, Térreo, Ala A, sala 17

CEP: 70160-900 - Brasília – DF